

XXIV CIDC EBEC 2026

Congresso Internacional de Direito Constitucional

Constitucionalismo Digital e Jurisdição Constitucional

TRABALHOS APROVADOS — RELAÇÃO POR NOTA

(ordenados por nota decrescente)

Nº	TÍTULO DO TRABALHO	NOTA
01	Como o Constitucionalismo Digital Ecoa na Efetividade dos Direitos da Personalidade	5/5
02	A Constitucionalização da Proteção de Dados: Um Estudo Comparado entre o Brasil e o Tribunal de Justiça da União Europeia	5/5
03	Alucinações Jurídicas: O Constitucionalismo Contemporâneo e a Aplicação de Ferramentas de Inteligência Artificial nos Processos Judiciais	5/5
04	Jurisdição Constitucional e Proteção de Dados Pessoais: A Consolidação da Autodeterminação Informativa como Limite ao Poder Estatal	5/5
05	Os Desafios da Jurisdição Constitucional na Era do Capitalismo de Vigilância: A Tutela dos Neurodireitos e da Liberdade Cognitiva	5/5
06	Entre Conceito e Prática: Jurisdição Constitucional e Desafios ao Constitucionalismo Digital no Brasil	5/5
07	Regulação do Discurso no Poder Judicial: Representações Sociais da Desinformação e Liberdade de Expressão	5/5
08	Constitucionalismo Digital e Jurisdição Constitucional: O Habeas Data como Devido Processo Informacional e Parâmetro de Controle na Sociedade em Rede	5/5
09	Constitucionalismo Digital e Devido Processo Informacional na Administração Pública: Standards Mínimos para Transparência e Contestação em Decisões Mediadas por Sistemas	5/5
10	Entre Regulação e Legitimidade: O Uso da Inteligência Artificial Generativa no Processo Eleitoral e o Papel do Tribunal Superior Eleitoral	4/5
11	Democracia sob Pressão Digital: Os Limites da Jurisdição Constitucional no Enfrentamento da Desinformação Eleitoral no Brasil	4/5
12	Jurisdição Constitucional Digital: Limites e Possibilidades no Combate à Lavagem de Dinheiro 4.0	4/5
13	O Discurso de Ódio e o Direito à Liberdade de Expressão no Constitucionalismo Digital: Desafios para a Jurisdição Constitucional Brasileira	4/5
14	A Atuação do STF na Definição do Regime Constitucional de Responsabilidade das Plataformas Digitais	4/5
15	Desinformação em Saúde e Direitos Fundamentais: O Papel da Jurisdição Constitucional na Era Digital	4/5
16	Constitucionalismo Digital e o Poder das Big Tech: Desafios à Proteção de Direitos Fundamentais	4/5
17	Arquiteturas do Silêncio: Constitucionalismo Digital e Censura Algorítmica	4/5
18	Constitucionalismo Digital e Assimetria Institucional entre os Poderes: A Necessidade de um Conselho Nacional do Parlamento	4/5
19	Memória, Dignidade e Inteligência Artificial: Representações Sociais do Direito de Imagem Post Mortem	4/5
20	Justiça Digital e Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Neuroacessibilidade no PJe como Requisito Estrutural de Acesso à Justiça e Igualdade Material	4/5
21	A Maternidade Atrás das Grades: Invisibilidade Digital, Produção de Dados e os Limites da Jurisdição Constitucional	4/5
22	Constitucionalismo Digital e Direitos da Personalidade: A Desproporcionalidade das Exclusões Permanentes em Plataformas Digitais	4/5

23	Plataformização do Trabalho, Decisões Judiciais e Crise do Constitucionalismo: Uma Análise da Forma Jurídica Algorítmica no Supremo Tribunal Federal	3/5
24	Constitucionalismo Financeiro na Era Digital: Os Limites da Atuação do Supremo Tribunal Federal nas Crises Bancárias e na Regulação de Plataformas Financeiras	3/5
25	Acesso à Justiça Digital e Exclusão Tecnológica: Uma Análise Crítica do Constitucionalismo Digital a Partir das Desigualdades no Nordeste Brasileiro	3/5
26	Deepfake Pornográfico e Violência de Gênero Digital: Limites e Desafios do Ordenamento Jurídico Brasileiro	3/5
27	Acesso à Justiça Digital e Inclusão Social: Desafios Constitucionais da Transformação Tecnológica do Poder Judiciário	3/5
28	LGPD e EC 115/2022: A Evolução da Proteção de Dados no Brasil	3/5
29	Desinformação Digital e Estado Democrático de Direito: Das Eleições de 2018 à Tentativa de Golpe de Estado em 2023	3/5
30	Constitucionalismo Digital e Jurisdição Constitucional: Entre Algoritmos, Colonialidade e Novos Paradigmas Latino-Americanos	3/5
31	O Combate à Desinformação Digital pela Jurisdição Constitucional: Entre a Proteção Democrática e os Riscos de Censura	3/5
32	Tráfico Humano em Ambientes Criptografados e Dark Web: Entre a Eficácia da Jurisdição Constitucional e os Desafios diante da Aplicação de um Constitucionalismo Digital	3/5
33	Constitucionalismo Digital e a Releitura da Responsabilidade Civil: Um Diálogo Necessário	3/5
34	A Importância da Defesa e Segurança da Internet diante do Crescimento da Utilização dos Meios Digitais, Impulsionado pela Pandemia de COVID-19	3/5
35	A Constitucionalização do Direito Civil na Era Digital: Desafios para a Jurisdição Constitucional	3/5
36	A Reconfiguração da Autonomia Privada no Contexto do Constitucionalismo Digital	3/5
37	Relações Privadas Digitais e Direito Civil-Constitucional: Desafios à Proteção dos Direitos Fundamentais	3/5
38	Políticas Públicas para Enfrentamento ao Discurso de Ódio, Garantia dos Direitos Humanos e Prevenção Extrajudicial de Conflitos	3/5
39	A Invisibilidade de Mulheres Negras na Jurisdição Constitucional Brasileira: Interseccionalidade e o Impacto do Viés Algorítmico no Contexto do Constitucionalismo	3/5

Total de trabalhos aprovados: 39